

## ARTIGO

*O Relatório Booz Allen: superficialidade e preconceitos, por Carlos Eduardo Carvalho*

## ARTIGO

*O GEMIMT e a Economia Mundial, por Carlos Eduardo Martins*

## ARTIGO

*A Economia do Esporte e o Esporte da Economia, por Luiz Martins de Melo*

## FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

*Neste mês estamos aprofundando o estudo sobre as alterações orçamentárias*

## ELEIÇÕES IERJ

*Editais de Convocação de Eleições para o Biênio 2001-2003*

## ELEIÇÕES

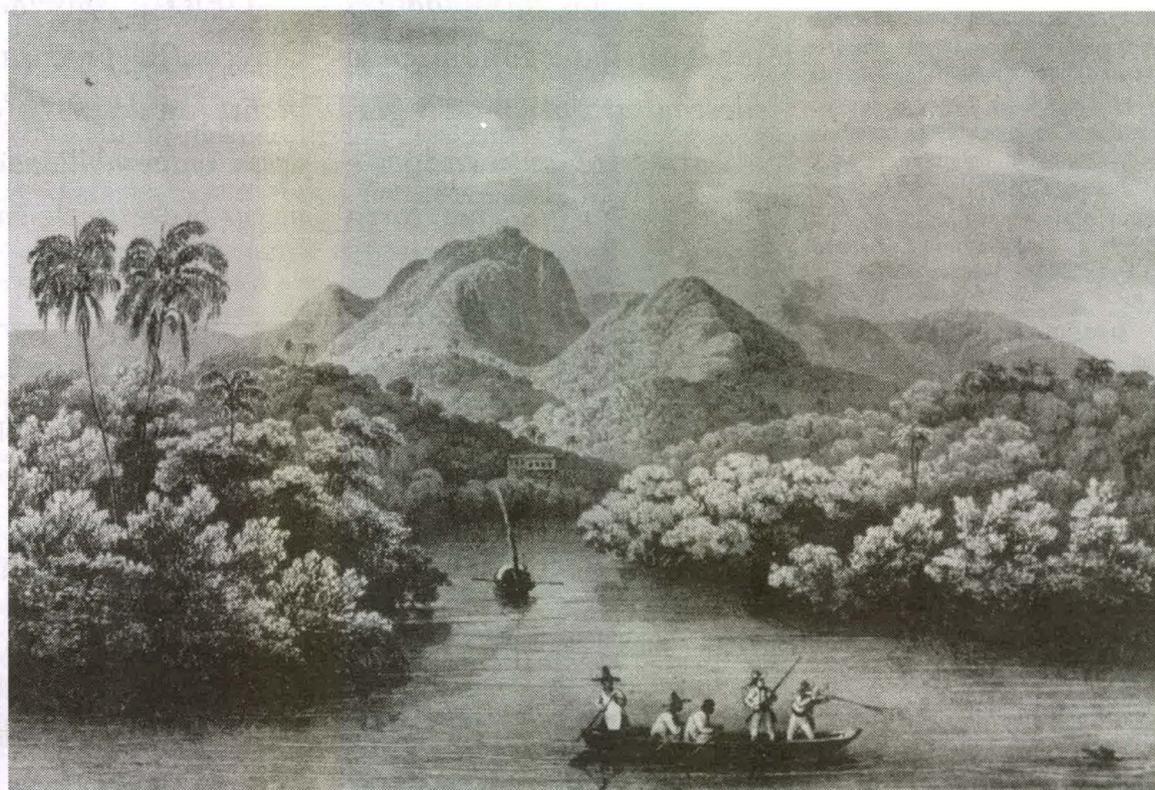
**RENOVAÇÃO DO 3º TERÇO DE CONSELHEIROS**

PÁG. 16

# A inserção do Brasil no sistema mundial de comércio

**E**m entrevista ao JE, Reinaldo Gonçalves analisa as transformações no comércio internacional, o comportamento da política externa brasileira e a vulnerabilidade de nossa economia que condiciona e enfraquece nossa atuação e poder de decisão nos fóruns multilaterais.

*páginas 8 a 11*



## JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,  
IERJ E SINDECON-RJ

**Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

## CORECON – CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 232-8178 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

**Presidente:** Eduardo Mendes Callado  
**Vice-Presidente:** Sidney Pascoutto da Rocha  
**Conselheiros Efetivos:** Eduardo M. Callado, João Paulo de A. Magalhães, Ronaldo Raemy Rangel, Reinaldo Gonçalves, Maria José Cyhlar Monteiro, João Manoel G. Barbosa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, Carlos Francisco T. M. R. Lessa.  
**Conselheiros Suplentes:** Enilse Leite Melo, Nelson Chalfun Homsy, Sandra M. C. Souza, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antonio Lutterbach Soares, Luiz Mario Behnken.

## SINDECON – SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Treze de Maio, 23 – Grupo 1607/1608/1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20031-000 – Tel: (0XX21) 262-2535 – Telefax: (0XX21) 533-7891/2192 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

## IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 509-1077 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

## EDITORIAL

**O** incremento da dívida pública interna e externa, o crescimento do desemprego e a diminuição de oportunidades de trabalho, a deterioração dos serviços públicos essenciais, com ênfase nas áreas de educação, saúde e segurança, e com graves repercussões na qualidade de vida e na captação de investimentos produtivos, são questões que permeiam os principais estudos e diagnósticos sobre a evolução recente da economia brasileira. Isto difere do discurso oficial que em essência é uma recomendação à paciência dado que, na ótica dos formuladores de política econômica o desconforto atual será gradualmente superado na medida em que, por força

sobretudo do investimento externo, a economia entrar num ritmo mais elevado de desenvolvimento sustentável, sendo que o principal dever de casa está feito, temos cumprido rigorosamente os compromissos com o FMI.

O grande descompasso existente entre a percepção da crise pela sociedade e a leitura amena feita pelo governo e elites dirigentes é reforçado pelo agravamento da questão social (com acentuado desemprego) e a vulnerabilidade externa de nossa economia. Em entrevista ao JE o professor Reinaldo Gonçalves do IE/UFRJ e conselheiro do Corecon/RJ procura justamente analisar os efeitos dessa vulnerabilidade sobre nosso processo de inserção

no comércio internacional, que em grande medida esta associado a perda de competitividade de nossas exportações. A participação das exportações do país no total das exportações mundiais reduziu-se de 0,96% em 1997 para 0,86%, em 1999.

Na mesma entrevista destaca que o país, marcado por elevada vulnerabilidade externa e, portanto, sem praticamente nenhuma capacidade de influenciar a evolução do sistema multilateral de comércio. Naturalmente nenhuma mudança na condução da política econômica será eficaz se continuarmos em uma trajetória de instabilidade e crise, devido ao agravamento das contas internas e externas.

## CAPA/ARTE

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da cultura brasileira, o *Jornal dos Economistas* reproduz na capa uma obra de Johann Moritz. Pintor e desenhista alemão (Augsburg 1802 - Weilheim 1858), Rugendas veio para o Brasil em 1821 para trabalhar na expedição científica do Barão de Langsdorff. Não chegou a acompanhar a referida expedição em todo seu trajeto pelo interior do Brasil, mas fez alguns desenhos e anotações sobre aspectos das regiões brasileiras, paisagens, tipos, costumes. Retornando à Europa, reuniu cem de seus trabalhos relativos ao Brasil, publicando-os em Paris, sob o título de *Voyage pittoresque au Brésil*, em luxuosa edição litografada por Engelmann (1835).

Nova técnica (capa): *Rio Inhomirim na baía do Rio de Janeiro*, litografada com área impressa 28,7 x 33,9 cm. Reprodução: João Dias.

## ARTIGO

por Carlos Eduardo Carvalho

## O Relatório Booz Allen: superficialidade e preconceitos

O relatório “Alternativas para a Reorientação Estratégica das Instituições Financeiras Públicas Federais”, divulgado no final de junho pelo consórcio Booz Allen & Hamilton – FIPE, sob encomenda do governo, é um documento superficial e sem fundamentação técnica. Não pode ser tomado como eixo para o debate sobre o futuro das instituições financeiras federais, como propõe o governo ao apresentá-lo como referência para uma “audiência pública” virtual na página do Ministério da Fazenda na internet.

O relatório procura adotar um tom “isento” e “técnico”, mas admite que de fato não houve pesquisa. Na página I-8 afirma que “as questões identificadas no diagnóstico, de um modo geral, constam dos balanços das instituições”, “são do conhecimento do mercado” e “muitas foram objeto de matérias na imprensa”. Para que se contratou uma consultoria, então, se as informações já eram de domínio público? Nada disto, contudo, impede seus autores de pontificar sobre diversas questões complexas e apresentar propostas de “reestruturação” com sérias implicações para o desenvolvimento econômico e social do país.

O relatório reconhece, por exemplo, aspectos importantes da atividade dos bancos públicos federais no Brasil (embora omita o importante papel por eles desempenhado como auxiliares do Banco Central no gerenciamento da crise bancária de 1995-96). Segundo o texto, os bancos federais oferecem 40% do crédito no país e quase todo o crédito de longo prazo; assumem riscos que o mercado não quer ou não consegue

assumir; reúnem competências na área de fomento, social e regional; participam ativamente das políticas sociais e prestam diversos serviços à população pobre e às regiões carentes. Depois de reconhecer tudo isto, porém, o relatório insiste, de forma mais ou menos explícita, na conveniência de reduzir a atividade dos bancos públicos em favor de maior atuação dos bancos privados.

Para fundamentar esta “necessidade”, o relatório invoca argumentos que misturam mistificações e preconceitos. A mistificação aparece quando o relatório apela para questões de forte impacto na opinião pública, cometendo sérios equívocos e simplificações. Três pontos se destacam neste sentido, todos devidamente aproveitados de imediato pela grande imprensa, como se fossem verdadeiras demonstradas pelo documento da consultoria.

O primeiro destes pontos é a ênfase nos prejuízos expressivos do Banco do Brasil nos últimos anos, ao que somam problemas potenciais na Caixa Econômica Federal. O documento dá largo destaque aos números já conhecidos, mas evita discutir um aspecto crucial da questão: as operações que geraram estes prejuízos foram realizadas por interesse das políticas de governo, e não por interesse dos próprios bancos. Foi assim com a atuação do BB na área agrícola e em defesa da política cambial, em 1994-95, e também a atuação da CEF no financiamento habitacional e no refinanciamento dos mutuários nos últimos vinte anos. Se estas políticas eram necessárias e convenientes ao país, o Tesouro teria que pagar por elas, fosse o

órgão executor um banco público, um banco privado, ou qualquer outra entidade. Esperava-se que o relatório esclarecesse justamente a responsabilidade por estes rombos, questão de fundo sobre o qual não emite qualquer opinião, deixando a “sugestão” de que decorreram da “ineficiência” dos próprios bancos federais.

O segundo ponto logo aproveitado pela grande imprensa é a projeção de prejuízos expressivos dos bancos federais nos próximos dez anos, cálculo apresentado sem fundamentação consistente. Além de que previsões de resultados de instituições financeiras em período tão extenso são exercícios temerários em qualquer parte do mundo atualmente, o relatório não detalha a metodologia adotada e inclui, na base de referência, os anos de 1994-95, período de readaptação dos bancos à inflação baixa e em que o BB arcou com boa parte dos custos da política de estabilização.

O terceiro ponto “de impacto” é a comparação de custos de pessoal com uma amostra de bancos privados, de grande apelo na opinião pública, mas realizada de forma tendenciosa. Se os bancos públicos desempenham atividades mais complexas e qualificadas, como o próprio relatório reconhece (crédito de longo prazo, políticas sociais e de fomento regional), é evidente que seus custos de pessoal tendem a ser mais elevados. Basta ver que o BNDES aparece no relatório com os indicadores de custo de pessoal mais elevados (o que a grande imprensa “esqueceu” de destacar), reflexo do maior peso proporcional de pessoal qualificado, pela ausência de atividades

comerciais típicas.

Outro aspecto presente ao longo do relatório é a “baixa sinergia” e a “falta de articulação” entre bancos federais, ao lado da “duplicidade” de sua atuação e de sua rede (algo que aliás já constava do edital para a contratação da consultoria). O relatório aponta sempre a falta de sinergia e de articulação como um problema dos próprios bancos, chegando a insinuar que se trata de defesa de interesses “corporativos” de seus funcionários. Podem ser levantados quatro questionamentos sérios a esta interpretação.

Primeiro, em nenhum momento o relatório discute a responsabilidade que cabe à ausência de políticas claras da parte do controlador dos bancos, o governo federal, que deveria articular a atuação dos seus bancos e dos demais órgãos públicos.

Segundo, o relatório aponta a sobreposição de agências e pontos de atendimento “não-rentáveis” em diversas regiões do país, mas não explica os critérios adotados para definir o que é “não-rentável” nem dá qualquer indicação sobre o peso destas dependências no gasto total de cada um dos bancos analisados. Não esclarece também se critica a sobreposição de redes também nas áreas mais rentáveis do país, em que os bancos privados apresentam grande concentração de agências.

Terceiro, não há qualquer esforço de quantificar os efeitos de problemas de falta de sinergia que poderiam ser superados por meio de procedimentos bastante simples (intercâmbio de cadastros, transferência de tecnologia, unificação de procedimentos operacionais),

## ARTIGO

implementáveis nos marcos do modelo atual sem maiores problemas.

Quarto, cabe indagar por que motivos a necessidade de sinergia, tão enfatizada quanto se trata de discutir o conjunto de bancos, não é apontada quanto se trata do leque de atividades financeiras de cada banco em relação a seu público alvo. Se o banco público atua como banco múltiplo e universal, pode se beneficiar da sinergia entre as diferentes carteiras e modalidades de financiamento e de captação, a exemplo do que faz a maioria dos bancos privados com perfil de varejo.

Uma das questões mais graves do relatório, contudo, é tratar como verdade demonstrada a tese de que o setor privado poderia fazer mais barato e melhor diversas atividades hoje desempenhadas pelos bancos públicos. Uma afirmação desta gravidade deveria estar amparada em algum indicador confiável, algum cálculo de custos comparáveis com uma tabela de cobrança de serviços pelos bancos privados, algum precedente. Não há nada disto. Há apenas a tese, tipicamente fundamentalista, de que os bancos privados fariam mais barato porque são bancos privados, e pronto!

O relatório sugere a idéia de que a concorrência entre grandes bancos privados se dá através de redução de juros e de melhoria das condições de acesso do público ao crédito. Trata-se de uma concepção ingênua, ou tendenciosa. Um excelente desmentido foi dado pelo próprio Banco Central do Brasil no documento de 1999 sobre o *spread* bancário no país, em que reconhece a capacidade dos grandes bancos privados de “administrar” o diferencial que aplicam sobre as taxas de juros pagas na captação de recursos (as quais acompanham os juros básicos do BC), de modo a viabilizar o lucro desejado e assegurar ganhos suficientes para cobrir as perdas com

inadimplência projetadas a cada momento.

Como se verifica pela própria experiência brasileira, portanto, obrigar o governo federal a contratar os bancos privados para a realização de serviços financeiros equivale a deixar o Tesouro à mercê de um oligopólio amplamente capacitado a defender suas margens de lucro e seus interesses. O resultado seria a imposição de custos e de condições abusivas pelos bancos privados, nacionais e estrangeiros.

Até agora não apareceu qualquer prova convincente de que é mais barato para os governos (federal, estadual e municipal) trabalharem com os bancos privados para a realização dos serviços financeiros desempenhados até aqui pelos bancos públicos. Entra na mesma linha a proposta de substituir as agências dos bancos federais por “redes” de empresas privadas ou de “outras empresas”, como correios e lotéricas. Aqui mais uma vez não há qualquer demonstração de que seja mais barata esta opção, desde que sejam computados todos os custos envolvidos: a remuneração do agente, os custos de fiscalização e de seguro contra perdas por negligência ou fraude, o custo remanescente para o banco (processamento das informações, controle interno, administração das contas) e a perda de sinergia com o cliente que deixa de frequentar a agência.

O relatório defende a ampliação da participação dos bancos privados e outras instituições em atividades hoje realizadas pelos bancos públicos, os quais deveriam inclusive “alavancar” esta “colaboração”. Curiosamente, quase todas as medidas propostas com este objetivo envolvem algum tipo de gasto ou de comprometimento do Tesouro: avais, subsídios, seguros, bônus, garantias de preço de produtos.

Outro aspecto incompreensível é a crítica aos bancos federais por

não estarem “maximizando” sua atuação para os segmentos mais necessitados devido à “busca do equilíbrio financeiro”. Trata-se de uma incoerência enorme. Se esta atuação ameaça o equilíbrio financeiro tal como definido pelas regras prudenciais do BCB, então o mesmo ocorreria com qualquer outro banco ou instituição que se propusesse a realizá-la. Seria então necessário que houvesse avais do Tesouro, antecipadamente, ou que as regras fossem relaxadas para os bancos públicos, dada a suposição de que contam com fontes de captação mais estáveis (como se verificou na crise de 1995-96) e de que poderiam ser socorridos pelo Tesouro caso a inadimplência atingisse níveis elevados.

Observe-se também que tais regras não foram observadas quando se tratou de colocar o BB e a CEF na posição de emprestadores no mercado interbancário, como agentes do BCB, em meio à grave onda de desconfiança na citada crise de 1995-96.

O relatório aponta corretamente a necessidade de maior transparência na atuação dos bancos públicos. Cabe lembrar ao consórcio que a questão vem sendo debatida há anos no Congresso, com vistas à regulamentação do artigo 192 da Constituição, e nos projetos de lei apresentados há propostas interessantes neste sentido. Também aqui faltou pesquisa no trabalho do consórcio.

Por todos estes motivos, o relatório Booz Allen & Hamilton – FIPE não pode ser o eixo para o debate sobre o futuro dos bancos federais, como quer o governo, e menos ainda em uma “audiência pública” pela internet. É preciso realizar este debate de forma ampla, envolvendo a sociedade e o Congresso Nacional, não apenas para defender os bancos públicos, mas principalmente para aprimorar sua atuação, fortalecer seus vínculos com as demandas da sociedade e ampliar os mecanismos de fiscalização e controle sobre sua atividade.

O trabalho divulgado pelo consórcio contribui muito pouco para estes objetivos. É superficial e tendencioso. Não houve pesquisa nem análises técnicas consistentes. Não apresenta nada além do que já se sabe, como o texto reconhece, mas omite muito do que já se sabe e do que já se discute há muito tempo, dentro e fora dos bancos federais. Acumula lugares-comuns, afirmações não-fundamentadas e “denúncias” de forte apelo na opinião pública. Todos estes problemas são suficientes, inclusive, para justificar a preocupação de que o trabalho do consórcio possa ter se orientado para enfraquecer a posição dos bancos públicos federais diante da opinião pública e fortalecer, desta forma, os interesses dos bancos privados.

Carlos Eduardo Carvalho (Professor de Economia da PUC/SP).



DEPARTAMENTO DE DIREITO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM:

**DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL**

Pós-GRADUAÇÃO

“LATO SENSU”

Informações: 0800 90 9556

Inscrições Abertas

e-mail: info@adm.cce.puc-rio.br

Horário: 8:30 às 20:30h, de 2ª a 6ª feira

R. Marquês de São Vicente, 225 Casa XV

Gávea Rio de Janeiro Cep. 22453-900

www.puc-rio.br/cce

PUC RIO

CCE

COORDENAÇÃO CENTRAL DE EXTENSÃO

— ARTIGO — por Carlos Eduardo Martins —

# O GREMIMT e a Economia Mundial

Desde março do presente ano vem se realizando o 1º encontro do Seminário Permanente sobre a Conjuntura Econômica e Política Mundial (SEPEC) organizado pelo GREMIMT – Grupo de Estudos sobre Economia Mundial, Integração Regional e Mercado de Trabalho, sediado no departamento de economia da UFF – sob o patrocínio do Conselho Federal de Economia (COFECON) e da Assessoria Especial de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Esse evento se desenvolverá em reuniões mensais durante 2000 e será um instrumento permanente de análise e discussão da economia internacional em torno de temas-chave escolhido a cada vez.

O GREMIMT é dirigido por Theotônio dos Santos e constituído por coordenações que se encarregam de analisar áreas distintas da economia mundial. Carlos Eduardo Martins é responsável pelo NAFTA, Marcelo Carcanholo pelo MERCOSUL, Bernardo Kocher pela União Européia e Luis Carlos Alves Júnior pela Ásia. Está se constituindo o grupo de análise da África que deve apresentar em breve seus primeiros resultados.

O enfoque teórico-metodológico constituído pelo GREMIMT destaca a importância dos ciclos de Kondratiev e dos ciclos sistêmicos para a análise da economia mundial. Os ciclos de Kondratiev foram descobertos pelo economista russo Nicolai Kondratiev nos anos 20. Eles constituem períodos de aproximadamente 50 ou 60 anos, divididos numa fase A de expansão produtiva e crescimento econômico, e numa fase B de expansão financeira e recessão.

Entre 1939 e 1967 tivemos a

fase A do Kondratiev de hegemonia dos Estados Unidos. Entre 1968 e 1991 desenvolveu-se a sua fase B. Desde 1992, podemos observar a entrada da economia mundial na fase A de um novo Kondratiev. Esse movimento, inicialmente, pode ser observado pela trajetória econômica dos Estados Unidos. Para isso a taxa de lucro é um indicador fundamental.

Entre 1959-67, a taxa de lucro nos Estados Unidos se situa em 10,4%, uma vez descontados os impostos. Em 1967, se inicia uma queda que, em quatro anos, a derruba em 47%, levando-a de 11% para 5,8%, em 1970. Durante cerca de 25 anos a taxa de lucro pouco varia em relação a esse patamar, descrevendo a fase B do Kondratiev que mencionamos. Entretanto, entre 1992-97 ela registra um ascenso espetacular de 71%, que reverte a maior parte da queda brutal sofrida entre 1967 e 1971. Durante esse período, as taxas de crescimento voltam a alcançar proporções significativas, a dívida pública estanca sua expansão frente ao PIB e começa uma inflexão para baixo, reduz-se o desemprego e criam-se superávits orçamentários que mudam o panorama político e colocam na defensiva o ideário neoliberal de cortes nos gastos fiscais.

No caso europeu essa recuperação também se manifesta, ainda que com mais vagar e menos nitidez. Na Ásia, as crises de fins dos anos 90, não impediram a continuidade do crescimento vigoroso na região, devendo ser entendidas mais como crises de ajuste a uma trajetória de expansão.

Embora tudo leve a crer que a economia mundial ingressa na fase A de um novo Kondratiev, é importante qualificá-lo. Ele se dá numa fase particular dos ciclos

sistêmicos de acumulação, teorizados pelo grupo que se reuniu nos anos 70, 80 e parte dos 90, no Fernand Braudel Center, onde se destacam Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Terence Hopkins.

Esses ciclos também se dividem numa fase A e B. Na fase A, uma liderança estatal se projeta sobre o sistema mundial e estabelece os padrões monetários, produtivos, políticos, ideológicos e militares da relação entre os Estados da economia mundial. Nesse período, a acumulação material subordina a financeira e o crescimento econômico é mais expressivo. Na fase B essa liderança estatal entra em decadência e crise. Mas ela reage, buscando expandir-se como centro da acumulação através do poder financeiro de sua moeda. Esse poder financeiro acaba não resistindo às pressões provocadas pela perda de competitividade produtiva e comercial, dando lugar a um novo ciclo sistêmico e a uma nova liderança estatal.

No momento atual, vivenciamos o declínio da hegemonia estadunidense. Embora muitos críticos tenham resistência a essa tese, os indicadores de sua ocorrência parecem bastante fortes. Entre eles estão os enormes déficits comerciais dos Estados Unidos que revelam sua perda de competitividade em relação a outras regiões da mundo (principalmente o Leste Asiático e China), e os déficits em conta corrente que, além disso, já revelam também uma deterioração da posição financeira desse país. Entre 1992 e 1999, os déficits em conta corrente se expandiram em 31% a.a e, desde 1998, a conta de serviços fatoriais, que inclui remessas de lucros e de juros, se tornou negativa para os Estados Unidos.

## CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

*Capitalismo global*, Celso Furtado.  
Preço com desconto: R\$ 8,40.

*Globalização e desnacionalização*, Reinaldo Gonçalves.  
Preço com desconto: R\$ 16,80.

*3º Setor: desenvolvimento social sustentado*, Ruth Cardoso.  
Preço com desconto: R\$ 15,05.

*A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia*, 643p., Joseph Love.  
Preço com desconto: R\$ 25,20.

*Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso*, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).  
Preço com desconto: R\$ 18,90.

*O Que é Globalização*.  
Preço com desconto: R\$ 21,00.

*Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, Celso Furtado.  
Preço com desconto: R\$ 20,30.

*Oferta de Moeda na Macroeconomia*, Demian Fiocca.  
Preço com desconto: R\$ 14,70.

*ABC da Dívida Externa*, Celso Furtado.  
Preço com desconto: R\$ 9,10.

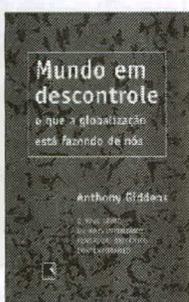
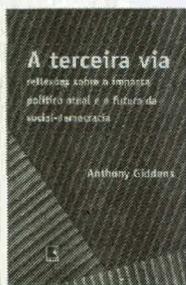
*O Longo Amanhecer*.  
Preço com desconto: R\$ 9,80.

*América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).  
Preço com desconto: R\$ 16,10.

*Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples*, 192p., Ruy Fausto.  
Preço com desconto: R\$ 13,30.

## LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com **desconto de 30%** sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação dos economistas com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir à categoria acesso a títulos de abrangente importância para a sua formação.



**Mundo em descontrole**  
de R\$ 18,00 por R\$ 12,60  
**A terceira via**  
de R\$ 25,00 por R\$ 17,50

- **Aspectos morais do crescimento econômico**  
— Barrington Moore Jr.  
De: R\$ 28,00 por: R\$ 19,60
- **O mercado futuro e de opções**  
— Octavio Bessada  
De: R\$ 25,00 por: R\$ 17,50
- **A corrosão do caráter**  
— Richard Sennet  
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Falso amanhecer**  
— John Gray  
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Destruição não criadora**  
— Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada  
— Maria da Conceição Tavares  
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL** — (volumes I e II)  
— organizado por Ricardo Bielschowsky  
De: R\$ 40,00 Por: R\$ 28,00 (cada)
- **Por uma outra globalização**  
— Milton Santos  
De: R\$ 20,00 Por: R\$ 14,00
- **O livro negro do capitalismo**  
— Organizado por Gilles Perraut  
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.  
Horário de funcionamento:  
de segunda a sexta, das 13:00 às 17:00  
Telefone: (21) 232-8178

## ARTIGO

Esses déficits têm sido cobertos ou pela elevação das taxas de juros que o FED impulsiona ou pela desnacionalização dos ativos estadunidenses através da bolsa de valores. Num caso e no outro se requer a valorização artificial do dólar para atrair uma massa de capitais suficiente para financiá-los.

O resultado é a existência de uma bolha especulativa na economia mundial que não desaparece durante a fase A do Kondratiev emergente. Ela corresponde à fase B do ciclo sistêmico e limita o esplendor do novo Kondratiev. Nesse sentido, a nova fase A do Kondratiev se parece mais com a ocorrida entre 1896-1913, do que com a desenvolvida entre 1939-1967. Ela foi mais curta, menos vigorosa e correspondeu também ao ocaso de uma hegemonia, a britânica, e de um padrão monetário, a libra, até então inquestionável.

Para diminuir seus déficits com o mundo, os Estados Unidos pressionam a América Latina para ser uma campeã da aplicação em suas políticas públicas das doutrinas neoliberais. O neoliberalismo na América Latina cria fortes déficits comerciais na região, limitando

drásticamente suas potencialidades de crescimento econômico.

Como assinalaram Theotônio dos Santos, Orlando Caputo, Roberto Pizarro e Ruy Mauro Marini, os superávits comerciais foram importantes instrumentos para diminuir as pressões sobre a balança de pagamentos latino-americana e sustentar um equilíbrio macroeconômico que, embora precário, garantiu taxas de crescimento econômico significativas. Isso ocorreu porque a balança de pagamentos da região sempre tendeu a ser negativa nos serviços fatoriais e não-fatoriais, sustentando-se nos superávits comerciais e em novos ingressos de capitais, antes que se consumassem suas saídas.

A inversão dessa posição da balança comercial de equilibradora para geradora de déficits na conta corrente latino-americana é extremamente negativa para o desenvolvimento dessa região. Entre as conseqüências negativas podemos destacar: taxas de crescimento econômico per capita medíocres que se situam abaixo às da média do sistema mundial; a desnacionalização do aparato produ-

tivo e a destruição dos segmentos de ponta tecnológica e o aprofundamento da superexploração do trabalho para suas formas mais graves, que incluem a restrição salarial.

Para nós latino-americanos, a análise da economia mundial evidencia mais do que nunca a necessidade de reinventar-se um projeto próprio de desenvolvimento da região.

Nesse sentido, duas tarefas despontam nos próximos anos para o pensamento crítico latino-americano: buscar fórmulas de reinserção da América Latina na economia mundial para que ela participe positivamente da nova fase de crescimento que se apresenta; e participar do esforço mundial para superar os limites que a financeirização e o pensamento conservador estão colocando para o pleno desenvolvimento tecnológico e social da nova etapa das forças produtivas que se abre na história da humanidade.

Carlos Eduardo Martins é pesquisador do GREMINT, doutorando em sociologia/USP e professor de Relações Internacionais da Universidade Estácio de Sá.

## PROGRAMA FAIXA LIVRE

### RÁDIO BANDEIRANTES AM, 1360 MHz, no seu Dial

Apresentação Paulo Passarinho e Nilo Sérgio Gomes, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 09:00h. Um programa essencialmente direcionado à área política e econômica, levantando e respondendo questões dos profissionais de economia e da sociedade em geral. Produção: Sonia Toledo e Maria de Jesus.

**220-1360 – LIGUE E PARTICIPE !**

## ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e Ierj - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas sempre às **terças-feiras, de 12h às 14h** na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (21) 262-2535 ou na sede do Corecon, de **16h às 18h** (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (21) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análise em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

# PÓS-GRADUAÇÃO

LATO SENSU

INÍCIO EM  
SETEMBRO

## ADMINISTRAÇÃO

### ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR (Ênfase em Marketing Educacional)

- Campus Centro - Sábado, das 8h30 às 16h30 - 10 X 140,00

### ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA DE EMPRESAS

- Campus Centro - Terça e quinta, das 19h às 22h - 14 X 197,00

### DESENVOLVIMENTO DE CONSULTORES EMPRESARIAIS (Ênfase em RH)

- Campus Centro - Segunda e quarta, das 19h às 22h - 14 X 197,00

### GERÊNCIA DE PROJETOS

- Campus Centro - Sábado, das 8h às 13h20 - 13 X 197,00

### GESTÃO DE FINANÇAS CORPORATIVAS

- Campus Centro - Terça e quinta, das 19h às 22h - 14 X 197,00

### GESTÃO DE NEGÓCIOS DO ESPORTE

- Campus Lagoa - Sábado, das 9h às 15h40 - 13 X 220,00

### GESTÃO EMPRESARIAL FUNDAMENTADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Campus Centro - Terça e quinta, das 19h às 22h - 13 X 220,00

### GESTÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS HUMANOS

- Campus Centro - Sábado, das 8h às 13h20 - 13 X 197,00  
- Campus Nova América - Segunda e quarta, das 19h às 22h - 13 X 197,00

### LOGÍSTICA INTEGRADA À EMPRESA

- Campus Centro - Segunda e quarta, das 19h às 22h - 13 X 220,00

### MARKETING

- Campus Centro - Sábado, das 8h às 14h40 - 13 X 220,00  
- Campus Niterói - Sábado, das 8h às 14h40 - 13 X 220,00  
- Campus Tom Jobim - Sábado, das 8h às 14h40 - 13 X 220,00

### MERCADO DE CAPITAIS

- Campus Centro - Segunda e quarta, das 19h às 22h - 13 X 197,00

### OPERAÇÕES DE SEGUROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS (Ênfase em Meio Ambiente)

- Campus Centro - Segunda e quarta, das 19h às 22h - 12 X 230,00

### SISTEMAS DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

- Campus Centro - Terça e quinta, das 18h40 às 22h - 14 X 197,00  
- Campus Tom Jobim - Segunda e quarta, das 18h40 às 22h - 14 X 197,00

### WEBECONOMIA - GESTÃO DE NEGÓCIOS NA INTERNET

- Campus Centro - Segunda e Quarta, das 19h às 22h - 13 X 220,00

## INFORMÁTICA

### ANÁLISE, PROJETO E GERÊNCIA DE SISTEMAS

- Campus Centro - Sexta, das 18h40 às 22h e  
sábado, das 8h às 14h40 - 15 X 220,00 (quinzenal)  
- Campus Nova América - Sábado, das 8h às 19h - 15 X 220,00 (quinzenal)

### E-COMMERCE - COMÉRCIO ELETRÔNICO

- Campus Nova América - Sábado, das 8h às 19h - 15 X 220,00 (quinzenal)

### SEGURANÇA DE DADOS E DE SISTEMAS

- Campus Centro - Sábado, das 8h às 14h40 - 14 X 197,00

### TECNOLOGIA E PROJETO DE REDES DE COMPUTADORES

- Campus Centro - Sexta, das 18h40 às 22h e  
sábado, das 8h às 14h40 - 15 X 220,00 (quinzenal)

Informações e Inscrições no local do curso

Universidade Estácio de Sá ☎ 563-0000 • <http://www.estacio.br>

## ENTREVISTA

# A INSERÇÃO REGRESSIVA DO BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

## ENTREVISTA

## REINALDO GONÇALVES

*Reinaldo, Gonçalves é professor titular de Economia Internacional da UFRJ, diretor da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE). Autor de mais de uma centena de trabalhos publicados em 15 países da Europa, Ásia, América do Norte e América Latina, e de vários livros (por exemplo, Globalização e Desnacionalização, Ed. Paz e Terra, 1999). No mês passado a Editora Contexto publicou seu novo livro O Brasil e o Comércio Internacional, que trata de temas importantes para a economia brasileira. Nesta entrevista ele apresenta as suas principais idéias a respeito da inserção do Brasil no sistema mundial de comércio e da política externa brasileira.*



**JE:** *Quais as principais teses do seu novo livro?*

**REINALDO:** O Brasil precisa, com urgência, de um novo padrão de inserção no sistema mundial de comércio e, portanto, da reorientação de sua política externa. O comércio internacional tem experimentado importantes transformações ao longo dos últimos anos. Novos temas e instituições têm colocado sérios problemas para os tomadores de decisão em governos, empresas e organizações direta ou indiretamente envolvidas com o sistema mundial de comércio. Novos temas e novas instituições exigem novas estratégias e políticas.

De forma sintética, pode-se resumir os principais argumentos do livro como: defesa da reforma institucional da OMC (Organização Mundial do Comércio) no sentido de reduzir a influência dos governos nesta instituição; aceitação da inclusão das cláusulas

sociais e ambientais no âmbito da OMC; desengajamento do Mercosul, mas mantendo e aperfeiçoando acordos setoriais específicos e bilaterais; rejeição à formação da Alca; prioridade da política econômica externa para acordos bilaterais, com lista limitada de concessões para países e produtos específicos; e necessidade de avaliação e monitoramento da condução e desempenho da diplomacia brasileira, cuja eficácia tem sido questionada nos últimos anos.

**JE:** *Quais são as principais mudanças institucionais recentes no comércio internacional?*

**REINALDO:** As principais mudanças de natureza institucional são a criação OMC, que entrou em operação em 1995, e a criação ou revitalização de esquemas de integração regional. Trata-se de mudanças institucionais no plano multilateral (OMC) e no plurilateral (acordos regionais de integra-

ção econômica). No que se refere aos esquemas regionais, do ponto de vista do Brasil, os destaques ficam por conta do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e da proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Deve-se mencionar, ainda, a possibilidade de criação de esquemas de cooperação entre países da América Latina e da União Européia.

O argumento geral é que, apesar da OMC se constituir em um aperfeiçoamento do arranjo anterior (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT), a OMC pode se transformar em um dos mais poderosos instrumentos de política econômica externa dos países desenvolvidos, em detrimento dos países mais vulneráveis no cenário internacional, como o Brasil. Neste sentido, apresenta-se uma proposta de reformulação da OMC que tem como objetivo tirá-la da influência direta dos governos dos

países desenvolvidos e das empresas transnacionais colocá-la sob o controle da sociedade civil mundial.

Cabe, aqui, mencionar a suspensão das negociações comerciais multilaterais no âmbito da OMC realizada em Seattle em dezembro de 1999, que inauguraria a chamada Rodada do Milênio. Não obstante a importância relativa dos fatos tomados isoladamente, dois aspectos destacam-se como os determinantes principais do fracasso da Rodada, a saber, a falta de motivação política por parte dos Estados Unidos e da União Européia, e a ausência de consenso entre as potências hegemônicas. Os outros fatos foram secundários ou irrelevantes como determinantes do fracasso de Seattle. O resultado é que a evolução da OMC depende, fundamentalmente, da interação entre Europa e Estados Unidos. O Brasil está de fora. De fato, o Brasil não tem importância

## ENTREVISTA

alguma nas negociações no âmbito da OMC. Cabe, ainda, uma crítica ao despreparo da diplomacia brasileira no que diz respeito às negociações multilaterais.

**JE:** *Quais são os novos possíveis temas de interesse do Brasil na OMC?*

**REINALDO:** No que se refere aos novos temas, que têm recebido grande destaque nas negociações comerciais recentes, cabe mencionar o das normas trabalhistas (cláusulas sociais) e o das questões ambientais relativas ao comércio (cláusulas ambientais). Ambos os temas são particularmente importantes para o Brasil, tendo em vista o lamentável registro histórico de deterioração ambiental e de condições degradantes de trabalho no País. Ademais, há crescente pressão no cenário mundial para que as cláusulas ambientais e sociais sejam introduzidas nos arranjos institucionais existentes (OMC) e nos esquemas em negociação (por exemplo, futuros acordos de integração econômica com os Estados Unidos e a União Européia).

Do ponto de vista dos interesses do conjunto da sociedade brasileira (que são diferentes daqueles defendidos pelo governo e pelos grandes grupos econômicos), cabe introduzir as cláusulas sociais e ambientais na próxima rodada de negociações comerciais multilaterais. Esta é uma posição diametralmente oposta àquela que vem sendo defendida pela diplomacia brasileira. Trata-se, aqui, de se ter uma perspectiva da economia política internacional, que nos permite usar forças externas de poder para pressionar o governo brasileiro e as empresas exportadoras. Rejeita-se o objetivo da "exportação a qualquer custo", que no

Brasil permite e estimula processos, inusitados no mundo, de destruição ambiental e de degradação das condições sociais.

A posição da diplomacia brasileira (contrária à inclusão das cláusulas sociais e ambientais nos acordos comerciais) é facilmente explicada pelo atual modelo e pela própria situação de vulnerabilidade externa do Brasil. Naturalmente, uma estratégia econômica orientada pela "tirania do mercado" – como a do governo FHC, que negligencia a questão social – envolve a violação dos direitos do trabalhador, conforme a evidência existente apontada por organismos internacionais. Ademais, o modelo de abertura econômica iniciado

econômica (desemprego elevado, degradação das contas públicas, déficit crônico do balanço de pagamentos), desmantelamento do aparelho produtivo (taxas decrescentes e baixas de investimento, desnacionalização, desaparecimento do sistema nacional de inovações), esgarçamento do tecido social (miséria, pobreza, violência, tensão e desigualdade), e deterioração político-institucional.

As organizações ambientalistas brasileiras estão distantes da posição do governo FHC na OMC, enquanto as entidades sindicais parecem cada vez mais entender que a posição do governo brasileiro na OMC é contrária aos interesses da classe trabalhadora.

vante na medida em que a perda de competitividade internacional do País é acompanhada da redução do valor absoluto das exportações durante dois anos consecutivos. A receita de exportação reduziu-se de US\$ 53 bilhões em 1997 para US\$ 51 bilhões em 1998, e US\$ 48 bilhões em 1999. O desempenho medíocre do governo FHC também é evidente na área de comércio exterior: a participação do Brasil no comércio mundial (exportações) reduziu-se de uma média de 0,96% em 1990-94 para 0,92% em 1995-99.

A atual trajetória de instabilidade e crise da economia brasileira é determinada, em grande medida, por uma séria situação de vulnerabilidade externa que se manifesta, de forma mais contundente, por meio de crises cambiais recorrentes. Na medida em que o processo de ajuste das contas externas está restringido pelo elevado nível da dívida externa e pela abertura indiscriminada da economia brasileira, a evolução da balança comercial torna-se uma incerteza crítica para o País. Neste sentido, o processo de perda de competitividade internacional das exportações brasileiras é um problema novo com sérias implicações econômicas.

Este processo está associado, também, a uma mudança desfavorável no padrão de comércio brasileiro no sentido da reprimarização das exportações. Desta forma, os produtos agrícolas intensivos no uso de recursos naturais têm tido uma participação crescente na receita de exportações do País. Por outro lado, os produtos manufaturados exportados pelo Brasil têm perdido participação no mercado internacional. Este é um processo de inserção regressiva do Brasil no sistema mundial de comércio.

### LANÇAMENTO

**O BRASIL E O COMÉRCIO INTERNACIONAL: Transformações e Perspectivas,**

**de Reinaldo Gonçalves. Editora Contexto/2000.**

**149 pág. R\$16,50**

**Rua Acopiara, 199  
Alto da Lapa/SP**

**PABX/FAX: (11) 3832-5838**

**E-mail:**

**contexto@editoracontexto.com.br**



no início dos anos 90, que foi ampliado e aprofundado a partir de 1995, provoca déficit crônico nas contas externas do País e, portanto, coloca a economia brasileira na armadilha de "exportar a qualquer custo".

Entretanto, o próprio modelo neoliberal adotado provoca um processo de "africanização" do Brasil que se manifesta pela ocorrência simultânea de quatro processos: desestabilização macro-

**JE:** *O que houve com a competitividade internacional dos produtos brasileiros?*

**REINALDO:** No final do século XX a economia brasileira perdeu competitividade internacional na medida em que a participação das exportações do País no total das exportações mundiais reduziu-se de 0,96% em 1997 para 0,94% em 1998, e 0,86% em 1999. Esta é uma perda significativa. A queda de 1998-99 é particularmente rele-

## ENTREVISTA

**JE:** *No que se refere à integração regional, qual é o papel do Mercosul e o que fazer com a Alca?*

**REINALDO:** No meu livro eu examino a integração regional (formação da Alca e, em menor medida, o Mercosul) e a cooperação internacional (União Européia). O objetivo principal é apresentar algumas idéias centrais para a reorientação da política externa brasileira, bem como novas diretrizes para a cooperação internacional. A estratégia básica consiste em definir novas políticas e diretrizes que permitam ao País reduzir a sua vulnerabilidade externa e escapar da inserção internacional subordinada.

O Brasil é um país marcado por elevada vulnerabilidade externa e, portanto, tem praticamente nenhuma capacidade de influenciar a evolução do sistema multilateral de comércio. O Brasil é, de fato, um país crescentemente frágil e com projeção cada vez mais baixa no cenário internacional. Ademais, esquemas de integração regional, como o Mercosul ou a Alca, tendem a criar mais problemas do que trazer soluções. A realidade brasileira, bem como a mundial, indicam a necessidade de um novo padrão de inserção no sistema mundial de comércio e, portanto, a reorientação da política externa brasileira no sentido de se colocar maior ênfase nas relações bilaterais. Mais do que ênfase, a diretriz básica de mudança de política externa é a prioridade para as relações bilaterais.

**JE:** *O que significa esta prioridade para as relações bilaterais?*

**REINALDO:** A visão bilateralista é desfavorável tanto à Alca como ao Mercosul. A idéia central é que a orientação de política externa de um país como o Brasil não

precisa estar centrada na participação em esquemas continentais, regionais ou subregionais, com tratamento preferencial para os países-membros. Este argumento aplica-se, igualmente, ao Mercosul e à Alca. A participação em esquemas subregionais, onde o país tem alguma hegemonia, acabam reduzindo o grau de liberdade do país, enquanto os acordos regionais ou multilaterais acabam sendo usados como instrumentos de política externa pelos países hegemônicos, contrariamente aos nossos interesses. Este é o caso da OMC e, provavelmente, será o caso da Alca.

No caso do Brasil, a questão central é a de acesso a mercado

ticas domésticas. Isto é, a prioridade da política externa brasileira não deveria ser nem o Mercosul nem a Alca. A política econômica externa orientada para os acordos bilaterais permitiria ao Brasil escapar das armadilhas e dos mitos associados à globalização, livre comércio e integração regional. Por estas razões, defende-se o desengajamento do Mercosul e a rejeição da Alca, nem em 2005, nem nunca.

**JE:** *Qual a importância da Argentina e dos Estados Unidos para o Brasil?*

**REINALDO:** Na hierarquização dos países para o desenvolvimento do enfoque da agenda bila-

terais restringem o grau de liberdade e a flexibilidade necessários para a política econômica interna e para a política externa independente, no contexto de uma inserção internacional ativa.

A avaliação é que a participação num esquema de integração regional com a Argentina, e seu maior aprofundamento, reduziria ainda mais o grau de liberdade das políticas nacionais do Brasil. Isto decorreria das fragilidades da economia e do baixo grau de confiança nas atuais lideranças políticas da Argentina, assim como da estratégia de inserção internacional passiva deste país. Acho ingenuidade considerar que a consolidação do Mercosul ou outros esquemas sub-regionais aumentaria o poder de barganha do Brasil frente aos Estados Unidos. Isto me parece a síndrome de "dormir com o inimigo". Esta síndrome se aplicaria, em grande medida à Argentina, mas também poderia ser estendida aos outros países da América Latina e do Caribe, no contexto da formação da Alca. Na medida em que os governos latino-americanos mantêm projetos de inserção internacional, que provocam elevada vulnerabilidade externa das economias nacionais, é difícil imaginá-los como aliados confiáveis em uma estratégia de política externa independente, que geraria conflitos com Washington. Todos são facilmente cooptáveis pelos norteamericanos.

Em síntese, a reorientação da política externa brasileira deve ser feita no sentido de se dar maior prioridade à agenda bilateral em detrimento de negociações multilaterais e de negociações para formação ou fortalecimento de esquemas continentais, regionais ou subregionais de integração.



"A reorientação da política externa brasileira deve ser feita no sentido de se dar maior prioridade à agenda bilateral em detrimento de negociações multilaterais e de negociações para formação ou fortalecimento de esquemas continentais, regionais ou subregionais de integração."

(negociação das barreiras comerciais para bens). Assim, caberia ao País reorientar a sua política econômica externa no sentido de fazer acordos bilaterais com base no princípio da reciprocidade e da negociação *tit-for-tat* (concessões bilaterais na margem), limitados a um conjunto específico de produtos e com uma limitação de tempo. O instrumento apropriado são os Acordos Bilaterais de Cooperação e as condições necessárias são a disponibilidade de recursos (principalmente, humanos) e a vontade política. A seletividade e a temporalidade de acordos bilaterais dariam muito mais liberdade e agilidade ao País, inclusive, no que se refere à implementação de polí-

teral, naturalmente, países como Estados Unidos e Argentina terão, no momento e no futuro próximo, uma posição de destaque. Entretanto, no longo prazo, a hierarquização deve se alterar como resultado das transformações na economia e na política no Brasil, assim como nas suas relações internacionais. Isto significa, inclusive, considerar um cenário de longo prazo para 2005 onde uma área de livre comércio com os Estados Unidos ou um mercado comum com a Argentina não resistam a uma análise de custo e benefício na ótica brasileira. De fato, a minha avaliação é que este cenário é muito provável. Esquemas plurilaterais – continentais, regionais ou subre-

## ENTREVISTA

"Não obstante a ausência de estudos críticos, há uma crescente percepção na academia de que o MRE tem tido, freqüentemente, um desempenho insatisfatório, tanto na formulação como na implementação da política externa brasileira"



**JE:** No seu livro há também uma crítica à diplomacia brasileira?

**REINALDO:** O reduzido número de especialistas em Relações Internacionais no Brasil tem impedido o desenvolvimento de uma massa de crítica de trabalhos a respeito da conduta e do desempenho do Ministério de Relações Exteriores. É provável, ainda, que haja um autoconstrangimento por parte de especialistas no que se refere à crítica ao MRE. Contrariamente a outras esferas, como a economia e as políticas sociais, cuja variedade de fontes de financiamento ainda dá alguma margem de manobra para pesquisadores e acadêmicos, os programas de investigação sobre política externa parecem ainda desembocar ou depender dos balcões do MRE.

Não obstante a ausência de estudos críticos, há uma crescente percepção na academia de que o MRE tem tido, freqüentemente, um desempenho insatisfatório, tanto na formulação como na implementação da política externa brasileira nos últimos anos. No livro menciono algumas razões para este fato. A primeira razão é, naturalmente, a natureza mesma do modelo de inserção passiva e subordinada do Brasil no cenário internacional. Este modelo foi adotado por Collor no início dos anos 90 e aprofundado por FHC a partir de 1995.

Representantes das ONGs, que acompanharam os trabalhos prepa-

rativos no Brasil e estiveram na reunião da OMC em Seattle em 1999, têm uma avaliação a respeito da posição do MRE que é conclusiva e chama atenção para a "arrogância, o despreparo e o autoritarismo" dos diplomatas brasileiros. Há a crítica de empresários, insatisfeitos com a conduta do MRE nas negociações comerciais internacionais. Por exemplo, a crítica da Abifina (Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades) é que o MRE não escuta o empresariado nacional, com o qual mantém uma relação que "permanece essencialmente esporádica e burocrática". A "falta de sensibilidade" do MRE para um trabalho mais eficaz em defesa dos interesses nacionais também é motivo para crítica dos empresários. E, no âmbito do governo, o ministro da Agricultura não critica diretamente o MRE, mas mostra claro ceticismo com relação aos resultados das negociações comerciais multilaterais e plurilaterais realizadas pelo MRE. O resultado é que o ministro defende negociações bilaterais, que têm recebido pouca ênfase por parte do MRE.

**JE:** O que fazer com a ineficácia da diplomacia brasileira?

**REINALDO:** Independentemente das razões, o fato é que a diplomacia brasileira tem mostrado ineficácia nos últimos anos. No

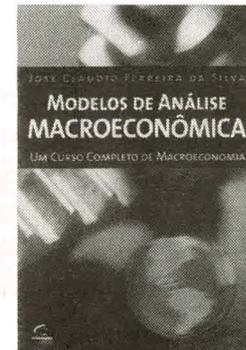
Brasil criou-se o ambiente favorável para os vícios de uma burocracia encapsulada, marcada por forte corporativismo, com o quase-monopólio da informação, e frente a presidentes mais preocupados com o lado alegórico das viagens internacionais do que com o conteúdo e os desafios da *realpolitik*.

Além da necessidade de um novo padrão de inserção do Brasil no sistema mundial de comércio e, conseqüentemente, da reorientação de política externa, é importante uma reformulação do MRE, principalmente, no sentido de dar mais transparência aos processos de formulação e implementação de estratégias e políticas externas. Esta transparência deve, também, ser acompanhada por um sistema permanente de monitoramento e avaliação da conduta e do desempenho do MRE. Não se trata de criar um novo ministério para cuidar especificamente do comércio exterior, inclusive, de questões como integração regional e negociações multilaterais. O fundamental é fazer com que o MRE seja mais eficiente e responda às necessidades de um projeto de inserção soberana na economia mundial.

Naturalmente, nenhuma mudança será eficaz se o País continuar em uma trajetória de instabilidade e crise devido à extraordinária vulnerabilidade externa da economia brasileira. As idéias apresentadas no livro podem ser importantes para a redução da vulnerabilidade externa, mas não são suficientes. Estas novas políticas e estratégias podem ser um elemento auxiliar de uma nova estratégia de inserção ativa do Brasil no cenário internacional, que deve partir da reversão do atual processo de liberalização nas esferas financeira, produtiva, tecnológica, e comercial.

### LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



#### Modelos de Análise Macroeconômica,

Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Economia Internacional: Teoria e Política*. Kenen, P. - De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Finanças Públicas - Teoria e Prática - Giambiagi, F., Alem, A.* De: R\$ 35,00 Por: R\$ 24,50
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*, Blanchard, O.J. De: R\$ 75,90 Por: R\$ 53,13
- *Macroeconomia Moderna - textos de economia Keynesiana*. De Paula, L. F. R. De: R\$ 45,00 Por: 31,50
- *Introdução à Economia - Princípios de Micro e Macroeconomia*, Mankiw, G. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Globalização e Globobagens*, Krugman, P. De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*, Gonçalves, R. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 36,50 Por: R\$ 25,55
- *O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo*, CNI. De: R\$ 27,00 Por: R\$ 18,90

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.  
Horário de funcionamento:  
de segunda a sexta, das 13h às 17h.  
Tel: (0xx21) 232-8178

## LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.

De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30



**O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95**

Reginaldo Teixeira Perez

▼ **ECONOMIA & POLÍTICA: INSTITUIÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL**  
Jorge V. Monteiro  
De: R\$ 26,00 Por: R\$ 18,20

▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**  
George G. Leone  
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70

▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**  
Luiz A. F. Cavalheiro  
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10

▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**  
C. Machline e outros  
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60

▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**  
Alvaro G. Oliveira  
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30

▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**  
Américo M. Florentino  
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

▼ **ENSAIOS ANALÍTICOS**  
Mario Henrique Simonsen  
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

▼ **FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**  
José M. Camargo  
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

▼ **MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO**  
Jairo M. Nicolau  
De: R\$ 19,00 Por: R\$ 13,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

**Horário de funcionamento:**  
De Segunda a Sexta das 13 às 17h.  
Telefone: (0xx21) 232-8178.

## ARTIGO

de Luiz Martins de Melo

# A Economia do Esporte e o Esporte da Economia

## INTRODUÇÃO

O mundo presenciou nas últimas décadas um aumento expressivo na comercialização do esporte. A prática e o consumo esportivos ganharam uma importância social e econômica muito grande, atingindo todas as regiões do país e penetrando nas camadas de renda mais baixa da população. Este processo se expressa mais claramente na ampla disseminação das academias de ginástica, musculação, natação e artes marciais, nas principais cidades brasileiras. Foi estimulado, ainda mais, pelo amplo uso da imagem dos atletas pelos meios de comunicação e *marketing*. Um exemplo disso é a veiculação de várias novelas no horário mais nobre da televisão explorando o tema do corpo saudável e do *glamour* da vida em academias de ginástica. É a “*vida esportiva*” como a imagem da vida moderna.

## A LÓGICA DA ECONOMIA DO ESPORTE

A transformação do esporte em um fator dinâmico na indústria do entretenimento encontra respaldo nas seguintes evidências:

i) é a maior indústria do mundo em volume de negócios e em número de empregos;

ii) o esporte é o segundo maior ramo, depois do turismo, da indústria do entretenimento/lazer, porém é o que vem crescendo a maiores taxas;

iii) formação de um complexo econômico-esportivo, envolvendo a venda de ingressos à produção de tênis, tem movimentado anualmente cerca 3.5% do produto interno bruto norte-americano, algo como US\$ 250,00 a US\$ 300,00 bilhões de dólares por ano (Bureau of Economic Analysis and

The Economic Development Institute/ Georgia-Tech University). O mercado americano corresponde a 45% do mercado mundial do esporte.

iv) o esporte é uma atividade regida por padrões rígidos de excelência, seja individual ou coletiva. A performance dos atletas de alto nível é aferida por padrões de desempenho internacional. O esporte é uma atividade eminentemente internacionalizada, onde se torna muito difícil restringir o acesso às inovações no treinamento físico, tático e técnico, pois a competição sendo transmitida mundialmente e o contato direto entre os competidores, faz com que a difusão seja imediata. O primeiro a inovar, perde logo a sua vantagem, no momento exato em que a afirma, vencendo o campeonato, ou ganhando uma medalha de ouro.

v) a internacionalização do esporte também ocorre no mercado de negociação de transferência de atletas e nos contratos feitos com eles. Um atleta de padrão internacional tem o preço do seu trabalho ditado pelo mercado mais forte. Isso faz com que os mercados menos desenvolvidos tenham cada vez mais dificuldade em reter seus melhores atletas.

A mundialização do espetáculo esportivo e do ídolo esportivo, produto da televisão, tem se convertido no maior fator de valorização social e econômica da prática esportiva. O esporte precisa de capital. O capital precisa de ídolos. O ídolo e o capital, precisam de empresas profissionais na organização das competições e na realização dos espetáculos, para que se tenha a valorização econômica e social do ídolo e do capital.

Essa dependência entre capital, espetáculo e necessidade de produção e reprodução de ídolos, tem levado a uma integração vertical na indústria do entretenimento, com as redes de televisão se tornando proprietárias ou co-proprietárias dos estádios e arenas esportivas, dada a importância cada vez maior da infra-estrutura para o espetáculo esportivo. Junto com isso acopla-se o espetáculo esportivo ao turismo, vendendo-se pacotes de “turismo esportivo” das mais diversas modalidades: desde a viagem para assistir aos grandes eventos esportivos mundiais – Jogos Olímpicos e Campeonatos Mundiais – até aos pacotes de fim de semana que prometem um lazer esportivo e/ou esportivo ecológico nos diversos hotéis, pousadas e *resorts*. É o caminho da integração completa da indústria do lazer: turismo, esporte, infra-estrutura, meio-ambiente, etc.

Essa rede de interesses econômicos e de negócios, a interação de vários mercados e áreas de investimento, e a sua integração em uma única direção, a **valorização do espetáculo esportivo e do ídolo esportivo**, fornece o impulso crucial para a sua contínua reprodução: a expectativa de melhoria de vida para as populações mais carentes. O sonho de se tornar um ídolo, os anima a investir em estratégias de sobrevivência que possam lhes dar um espaço de valorização social, mesmo que local, para que consigam reproduzir em seu próprio universo algo da magia da vida dos seus grandes ídolos.

Em todos os países do mundo o esporte atua como um grande negócio e como um fator de integração social de extrema importância. Esse aspecto duplo do esporte decorre da sua natureza de atividade fisi-

## ARTIGO

ca, isto é, um modo de conhecimento do mundo através do relacionamento do corpo com a realidade exterior<sup>2</sup>. Nesse sentido o esporte é uma categoria inserida em um conceito mais amplo, a atividade física<sup>3</sup>. Esta deve ser o objeto de uma política pública, enquanto a outra deve ser deixada para o *animal spirits* dos capitalistas.

A dimensão de grande negócio (*big business*) do esporte é a sua capacidade em se tornar o maior espetáculo da terra. É dessa dimensão que se poderão gerar as oportunidades de investimento, que sustentem, a longo prazo, a sua dimensão social. E isto é perfeitamente possível, pois o valor que a sociedade tem atribuído ao esporte modificou-se profundamente nos últimos anos, aumentando significativamente sua importância econômica e social. Os principais traços que marcam essa mudança são os seguintes:

Primeiro, o esporte, considerado como atividade econômica vem se tornando, ao longo dos últimos anos, uma das maiores atividades econômicas da atualidade; movimentando recursos da ordem de bilhões de dólares, articulando interesses das mais variadas ordens, dos mais diferentes segmentos da sociedade e nos mais distantes pontos do planeta, e atuando sobre a consciência e a paixão de centenas de milhões de pessoas de todas as classes sociais, ele é, por sua natureza intrínseca, global e integrador. Dado que esse processo mal se iniciou e que avança com uma velocidade vertiginosa, pode-se antever que assumirá proporções gigantescas ao longo da próxima década.

Segundo, o aumento da prática esportiva e a transformação do esporte em um ícone de vida moderna – moda, comportamento, padrão de beleza, produção cultural, etc. é uma demonstração clara de que a comercialização do esporte é um fenômeno que veio para ficar na sociedade. Dessa forma, o

esporte se transforma em um amplo fenômeno de consumo de massas, com uma dinâmica associada a diferentes mercados consumidores – clubes, atletas, patrocinadores, canais de mídia, indústrias de equipamentos e material esportivo, confederações e federações, entidades governamentais, universidades, escolas, etc. –, constituintes da aglutinação de interesses em torno do esporte e formando um complexo econômico-esportivo, elemento cada vez mais importante da indústria do entretenimento e lazer.

Terceiro, também inter-relacionado aos demais, aponta para a visível articulação entre o esporte e os modernos meios de comunicação, que têm o poder de tornar disponíveis para centenas de milhões de pessoas, ao mesmo tempo, os mais importantes eventos que ocorrem no mundo. É a integração vertical na indústria do entretenimento, com as redes de televisão se tornando proprietárias ou coproprietárias dos estádios e arenas esportivas, dada a importância cada vez maior da infra-estrutura para o espetáculo esportivo e a necessidade de produzir espetáculos para a programação 24 horas no ar, dos canais esportivos. Ao que parece a estratégia das grandes redes mundiais de televisão segue o seguinte princípio: quem dominar o esporte, dominará o negócio<sup>4</sup>.

#### A SITUAÇÃO DA ECONOMIA DO ESPORTE NO BRASIL

A transformação do esporte em um grande negócio e as implicações dessa mudança para a sociedade ainda não chegaram com a devida força no Brasil, por várias razões que podemos listar abaixo: a legislação esportiva brasileira, sua estrutura organizacional (federativa) e o seu agente principal (clube) não estão direcionados para atender aos requisitos da integração entre esporte como negócio, atividade física como elemen-

to civilizador e sociedade.

O indicador mais preciso dessa falta de modernização do esporte e pouca importância da atividade física enquanto elemento de política pública, é o pequeno número de medalhas em relação à sua população, obtidas em competições internacionais, particularmente as olímpicas. Mesmo no futebol – único esporte que teve condições de, simultaneamente, articular interesses para fora de seu campo estrito de atuação e de organizar as atividades anteriores de massificação de suas práticas e de formação de atletas – verifica-se hoje uma quebra crescente de seus padrões organizativos, técnicos e da sua capacidade articuladora na sociedade.

No aspecto *big business*, a situação do país é absolutamente precária. Os clubes de massa do país estão completamente nas mãos da Rede Globo de Televisão. Muitos deles com receitas antecipadas de muitos anos na frente. Isto torna esta emissora cada vez mais poderosa, praticamente monopolista, e capaz de pagar preços cada vez mais baixos por um espetáculo que lhe confere os mais altos níveis de audiência. Porém, os maiores culpados são os próprios clubes, que não se profissionalizam, não se organizam para proteger seus principais ativos: o atleta e o espetáculo esportivo. Dessa forma, eles não dominam por completo o ciclo de valorização de sua atividade econômica. A Rede Globo de Televisão, muito mais profissional, e sabendo exatamente onde estão seus interesses, apenas se aproveitou dessa situação para aumentar o seu domínio sobre essa atividade central para a lucratividade de suas operações.

O mais grave dessa situação é a exclusão do Brasil do roteiro internacional de apresentação dos grandes espetáculos esportivos, Jogos Olímpicos e Campeonatos Mundiais. O prejuízo não é ape-

nas esportivo, mas também econômico e financeiro, pelos investimentos que deixam de ser feitos e pelos capitais que deixam de ingressar no país, investimentos e capitais indispensáveis à sustentação de um alto nível de emprego associado à atividade esportiva.

Reverter essa situação e tornar o Brasil, por um lado, uma potência esportiva, em um espectro amplo de modalidades, objetivo perfeitamente compatível por suas dimensões e população continentais, e por outro, um pólo integrado ao circuito do *business* esportivo são metas alcançáveis. Não serão, entretanto, resultados de processos espontâneos. Tornam-se necessários programas e ações. Torna-se necessário um governo que rompa com a submissão aos interesses particulares dos dirigentes dos clubes, que não querem a modernização do esporte e da Rede Globo de Televisão que, legitimamente, quer o esporte para ela. Para isso é necessário ter uma política que valorize a atividade física, para massificá-la. Em conjunto com essa política é necessário iniciar a modernização do esporte, para incluí-lo no circuito internacional dos grandes espetáculos esportivos, com a construção de modernas arenas esportivas, para que o ídolo esportivo e o espetáculo esportivo possam cumprir sua função econômica e social.

**Luiz Martins de Melo**, Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ.

<sup>1</sup> Este título é uma homenagem a todos os economistas que concebem o seu ofício como uma combinação de paixão e razão, principalmente nos tempos bicudos do neoliberalismo.

<sup>2</sup> O cidadão para ser completo tinha que ter "*mens sana in corpore sano*".

<sup>3</sup> Esta distinção é baseada na competição. Esporte é toda atividade física desenvolvida para a competição. É a competição que se transforma em espetáculo para ser visto.

<sup>4</sup> A recente posição da Rede Globo de Televisão se aliando aos setores mais atrasados do futebol e do esporte brasileiro na mudança da Lei Pelé parece confirmar esse ponto.

## FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Neste mês estamos aprofundando o estudo sobre as alterações orçamentárias com destaque para as oriundas de convênios e/ou superávit. Por outro lado, veja as nossas dificuldades para acompanhar a execução orçamentária. Fique por dentro da nova peça teatral sobre orçamento.

### ORÇAMENTO TAMBÉM É ARTE!

A nova peça que o CTO (Centro de Teatro do Oprimido) tem em parceria com o Fórum ficou pronta. Devido o momento eleitoral, o Fórum viu a necessidade de fazer uma peça que tivesse além do viés orçamentário o assunto eleitoral. Chama-se "Família Silva feliz com pregadores no nariz" e procura aproximar o orçamento doméstico ao orçamento público, colocando a importância desta ferramenta política na vida dos cidadãos. O objetivo do grupo - *Companhia Participativa* - é expressar cidadania através do teatro. A confecção do texto foi coletiva e tem direção da integrante do Fórum professora Claudete Félix.

A peça estreou no dia 17 de agosto - no auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e Arquitetura - o CREA, abrindo a campanha "De olho no seu voto. Como a filosofia do CTO é o teatro popular, a Companhia Participativa já se apresentou também no Buraco do Lume, no Centro dia 01 de setembro e já tem apresentações marcadas para o dia 05 de setembro na Praça XV às 13h fazendo parte da "Marcha Mundial das Mulheres". Quem quiser conferir a mistura orçamento, eleição e teatro é só fazer o convite através do telefone 220-7940 falar com Claudete.

### ONDE ESTÁ O FINCON?

O acompanhamento da execução orçamentária é uma das principais atividades do Fórum. O único instrumento de acompanhamento dos dados de empenho, realização e pagamento dos programas de trabalho é o sistema Fincon, um sistema em DOS, cujo acesso foi restabelecido após mais de 2 anos em um único terminal, na Câmara, há cerca de 3 meses. Apesar da precariedade das condições de acesso às informações - apenas um terminal no qual a conexão em horário comercial era intermitente e sem possibilidade de impressão ou mesmo gravação - era este o meio que a Câmara e a sociedade civil dispunham para fiscalizar a execução orçamentária municipal. Mais recentemente, outros terminais foram instalados em gabinetes da Câmara.

Entretanto, no último dia 23, o Diário da Câmara Municipal anunciava que era disponibilizada uma nova forma de acesso ao Fincon. Neste mesmo dia, porém o Fórum Popular do Orçamento verificou que o sistema em questão estava indisponível para consulta. Os técnicos da ASSIMA, que não estavam cientes da falha, não puderam identificar a origem do problema.

Até o presente momento, nem o velho sistema foi reativado, nem o novo implantado. Deploramos que em tão importante momento político nacional, não haja o necessário acesso às contas públicas municipais.

### O FÓRUM CONTINUA NA MÍDIA

A TV Globo está produzindo uma série de programas diários sobre as armas do eleitor. Os programas da série *Eleições 2000* objetivam mostrar ao eleitor como fiscalizar seu voto e exercer sua cidadania. Neste sentido, o Fórum gravou entrevistas sobre a importância de acompanhar o orçamento público e a dívida. Representantes do Ibase, Pella Vida, Corecon-RJ, Pacs e Ideps deram depoimentos ressaltando o peso que o FPO tem para o trabalho de suas entidades. A previsão é de que o programa vá ao ar na semana do dia 11 ao 15 de setembro, antes do Jornal Nacional.

Por outro lado, a grande quantidade de candidatos à prefeitura do Rio e os conseqüentes problemas operacionais inviabilizaram a participação do Fórum no debate que a Rede Bandeirantes promoveu no último dia 21. Foi interessante notar que a questão central do encontro foi orçamento, em especial a dívida.

Continuamos com nossas negociações com as redes de televisão quanto a nossa participação num possível debate do 2º turno.

### RAIO X DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Desde o início do ano foram expedidos 361 decretos de alteração da Lei Orçamentária, até 25 de agosto. O valor total alterado por esses decretos foi de R\$ 782.692.563. Desse total, R\$ 481.549.895 se referem à movimentação de dotações entre os diversos programas de trabalho. As demais alterações, isto é, R\$ 301.142.668 são realizadas com recursos provenientes de convênios ou do superávit financeiro de R\$ 532.819.113,72, apurado no exercício anterior (Vide Gráfico 1).



Os nove maiores decretos em volume de dotação, dentre cinquenta e dois decretos que discriminam a distribuição das dotações derivadas de convênios ou superávit, concentram R\$235.792.718 - ou 78%. À Secretaria Municipal de Saúde se destinam R\$134.579.932, dos R\$ 301.142.668. Isso não significa que os recursos para Saúde foram aumentados na mesma ordem. Na verdade, o total alterado nessa Secretaria, até 24 de agosto do corrente, foi de R\$ 122.852.204 - o que nos faz supor que cerca de 11 milhões foram retirados. A Secretaria Municipal de Educação é a segunda mais beneficiada, com R\$39.026.429. Também nessa Secretaria, verifica-se que o total alterado é inferior à dotação oriunda de superávit apurado no balanço do FUNDEF, de R\$ 49.638.418,82, no ano de 1999.

A cifra de R\$ 481.549.895 remanejada entre programas de trabalho, pelo Poder Executivo pode alcançar, como está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), até 15% do Orçamento - que corresponde a R\$ 695.890.465. No entanto, a margem de alteração é efetivamente mais ampla, em função das exceções. Definidas no Art.9 da citada lei as exceções permitem ao prefeito realizar alterações que não são computadas no limite autorizado (Vide Gráfico 2).

Um bom meio de se ter noção do que significam alterações no valor de R\$ 481 milhões é comparar essa grandeza à parcela do Orçamento destinada aos Investimentos. As alterações já realizadas pelo Prefeito ultrapassam os R\$ 275.631.499 correspondentes ao total de investimentos previstos para o exercício de 2000. Em outras palavras, o Poder Executivo tem nas alterações



um instrumento para realocar a totalidade das dotações que não estão comprometidas com as despesas de custeio e o pagamento de dívidas.

## FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

As matérias publicadas nesta página são de autoria das estagiárias Mirelli Malaguti, Mayra Juruá e Fernanda M. Jones Náder, sob supervisão de Luiz Mário Behnken.

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 18 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ

CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org. • Home page: <http://www.economistas.com.br>

Lista de discussão do Fórum: [forumrio@rits.com.br](mailto:forumrio@rits.com.br)

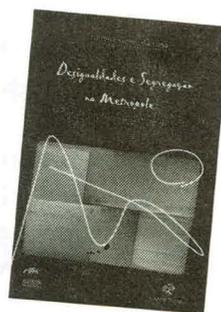
## ABRE ASPAS



**INTERVENÇÕES URBANAS, DEMOCRACIA E OPORTUNIDADE: DOIS ESTUDOS DE CASO**, de Ana Clara Torres Ribeiro – Coordenadora de Pesquisa: Grazia De Grazia/FASE/2000. A erradicação da pobreza tem desafiado atores nacionais e internacionais e poucos têm sido os resultados efetivos, visto os índices crescentes de pobreza em nosso país, que levaram a ONU a nos declarar campeões da desigualdade. Por outro lado, a riqueza das experiências chamadas “bem sucedidas” mantêm-se no plano local e são precárias as condições destas experiências se efetivarem enquanto políticas públicas. Esta publicação quer estimular o debate em torno desta temática a partir de processos que contem com a participação da população excluída nos destinos e na elaboração de políticas públicas que revertam o quadro de degradação para que possam emergir o direito à cidade e novos modelos de desenvolvimento. Outras informações: Rua das Palmeiras, 90 – RJ/Tel: (21) 286-1441.

### DESIGUALDADES E SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE: O Rio de Janeiro em tempo de crise, de Luciana Corrêa do Lago/Observatório IPPUR/UFRJ-FASE – Editora Revan/2000.

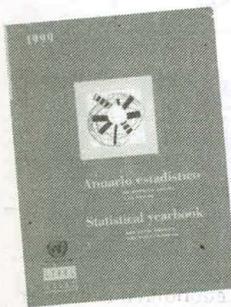
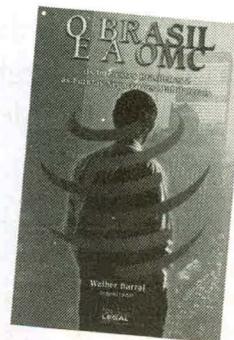
A tese de doutorado que deu origem ao presente livro avaliou em que medida as mudanças econômicas e sociais ocorridas no país, nos anos 80, alteraram o padrão de desigualdades socioespaciais sedimentado nas metrópoles brasileiras ao longo de período desenvolvimentista. O modelo binário núcleo-periferia, consolidado na literatura como expressão e explicação da dinâmica de organização interna do espaço metropolitano, foi questionado diante da difusão, tanto em áreas centrais quanto periféricas, do processo de favelização e de novas formas de segregação espacial baseadas na exclusividade residencial e comercial. Para desenvolver tal abordagem foi analisada, através de informações estatísticas referentes às décadas de 70 e 80, a relação entre o padrão de mobilidade espacial intrametropolitana e o de segregação urbana na metrópole do Rio de Janeiro, à luz das transformações econômicas mais gerais e da dinâmica imobiliária. **Outras informações:** (21) 502-7495 ou e-mail: [editora@revan.com.br](mailto:editora@revan.com.br).



**MBA COMPACTO – Gestão de Projetos – Descomplicando conceitos/Soluções dinâmicas/Idéias inovadoras e dicas que realmente funcionam;** de Eric Verzuh – Editora: Campus/2000. Este é o quinto lançamento da Ed. Campus, da coleção *MBA Compacto*. O livro expõe aos executivos, gerentes e integrantes de equipes as técnicas mais avançadas de gestão de projetos, como planejamento, cronograma, estimativa de preços e distribuição de recursos, sem deixar de abordar a dimensão política que envolve todo e qualquer projeto. Ao mesmo tempo que indica os métodos mais eficazes para planejar e acompanhar um projeto, Verzuh ensina como formar equipes sólidas que garantem o sucesso de todo empreendimento. A importância da comunicação também é analisada e, segundo o autor, todos os participantes de um projeto, desde aquele que integra uma equipe temporária de trabalho ao executivo que financia o projeto, tornam-se mais eficazes quando entendem exatamente a dinâmica e a lógica da gestão de projetos. **Outras informações:** Central de Atendimento, tel: 0800-265340/assessoria@campus.com.br.

### O BRASIL E A OMC – OS INTERESSES BRASILEIROS E AS FUTURAS NEGOCIAÇÕES MULTILATERAIS – Organizador: Welber Barral – Editora Diploma Legal/2000.

A criação da Organização Mundial do Comércio – OMC, em 1995, representou um marco fundamental da regulamentação do comércio internacional. Os mais diversos setores da economia (bens, serviços, propriedade intelectual) passaram a ser direcionados pelos acordos resultantes da Rodada Uruguai. O Brasil foi um dos países que mais sofreu a abertura econômica, relacionada com a criação da OMC. A economia brasileira passou a ser diretamente influenciada pelos acontecimentos internacionais, e a própria prática jurídica interna passou a depender, num grau crescente, do conhecimento das normas da OMC. Este livro preenche uma lacuna neste ramo de conhecimento, ao analisar atuais regras do comércio internacional. Ao mesmo tempo, aborda, sob a ótica dos interesses brasileiros, as principais propostas para as futuras negociações multilaterais do comércio, demonstrando como estas propostas poderão influir na economia e na ordem jurídica brasileira. **Outras informações:** [atendimento@diplomalegal.com.br](mailto:atendimento@diplomalegal.com.br).

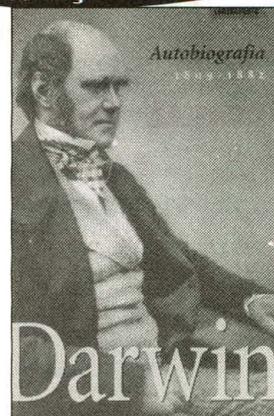


### ANUARIO ESTADÍSTICO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, Edición 1999 – CEPAL/Eclac – Publicación de las Naciones Unidas – La edición 1999 contiene una selección

actualizada a comienzos de diciembre de las principales series estadísticas disponibles sobre la evolución económica y social de los países de la región. Representa un sistemático esfuerzo de la División de Estadística y Proyecciones de la CEPAL, orientado a homogeneizar las cifras y a hacerlas internacionalmente comparables. En esta edición del Anuario se incluyen tanto indicadores del desarrollo regional que ya se mencionaron, se ha ido decantando un conjunto adecuado de indicadores de los aspectos económicos del desarrollo. Por otra parte, los esfuerzos internacionales por elaborar un sistema coherente de indicadores sociales constituyen el marco conceptual dentro del cual se inscribe la elaboración de indicadores sociales para la región latinoamericana. **Outras informações:** Unidad de Distribución/e-mail: [publications@eclac.cl](mailto:publications@eclac.cl).

## LIVROS EM VENDA DIRETA

### LANÇAMENTO



**Autobiografia (1809-1882)**  
128 páginas • Charles Darwin  
Preço com desconto: R\$ 19,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

**A Teoria da Relatividade Especial e Geral** - 136 p.

Albert Einstein

Preço com desconto: R\$ 13,00

**Crítica e Crise** - 256 p.

Reinhart Koselleck

Preço com desconto: R\$ 21,00

**500 anos de periferia** - 168 p.

Samuel Pinheiro Guimarães

Preço com desconto: R\$ 14,00

**Discursos e Relatórios na Convenção** - 204 p.

Robespierre

Preço com desconto: R\$ 19,00

**O manifesto comunista – 150 anos depois**

Daniel Aarão Reis (org.)

Preço com desconto: R\$ 13,00

**A opção brasileira** - 208 p.

César Benjamin e outros

Preço com desconto: R\$ 13,00

**A sociedade do espetáculo** - 240 p.

Guy Debord

Preço com desconto: R\$ 19,00

**Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento** - 496 p.

Ricardo Bielschowsky

Preço com desconto: R\$ 25,00

**Um mapa da ideologia** - 338 p.

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.

Org. Slavoj Zizek

Preço com desconto: R\$ 24,00

**O longo século XX** - 408 p.

Giovanni Arrighi

Prêmio “Distinguished Scholarship” da American Sociological Association - 1995

Preço com desconto: R\$ 24,00

### CONTRAPONTO

Tel. / Fax (21) 259-4957

Caixa postal 56066

CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

Home-page: [www.contrapontoeditora.com.br](http://www.contrapontoeditora.com.br)

## ELEIÇÕES/IERJ

IERJ - Instituto dos Economistas  
do Estado do Rio de Janeiro

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES  
PARA O BIÊNIO 2001-2003**

Nos termos do Capítulo VIII do Estatuto do IERJ fazemos saber que no dia 10 de novembro de 2000, será realizada a eleição da nova diretoria do Ierj para o biênio 2001-2003, com a seguinte composição:

1. Diretoria, composta de Presidente, vice-presidente, diretor de finanças e cinco demais diretores;
2. Conselho Consultivo constituído de doze membros;
3. Conselho Fiscal, constituído de três membros efetivos e um suplente.

O prazo para registro de chapas será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação, encerrando-se às 18 horas do dia 10 de outubro de 2000. Poderão votar todos os associados que se identificarem através do número de registro no Ierj. Será permitido o voto de sócios que paguem a anuidade do ano 2000 até o dia da eleição.

**Locais de Votação:**

No IERJ - Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ.

Correio - Através de envio de carta com porte pago que receberão.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2000.

Luiz Carlos Delorme Prado  
IERJ - Presidente

Se você está  
interessado  
em estudar



**Perícia Trabalhista,  
Perícia Judicial e  
Matemática Financeira**

inscreva-se já no IERJ

Vagas limitadas  
para o segundo  
semestre

Tel. 509-1077 • Fax 509-8121  
ierj@ax.apc.org

## ELEIÇÕES/CORECON-RJ

As eleições para a renovação do terceiro terço de conselheiros deste Conselho serão realizadas em **26 de outubro**. Serão escolhidos três conselheiros-efetivos e três conselheiros-suplentes, com mandato de três anos, (2001/2003), um delegado-eleitor efetivo e um delegado-eleitor suplente ao Colégio Eleitoral do COFECON. O prazo para inscrição de chapas encerrar-se-á às 18:00 horas do dia 12 de setembro e o edital de convocação da eleição foi publicado em 14/08/00 no Diário Oficial da União e no Jornal O Globo, conforme requerem as disposições legais vigentes. Poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, portadores de inscrições definitivas ou provisórias e quites com as anuidades até a data do pleito.

EDUARDO MENDES CALLADO  
Presidente

JORNAL DOS ECONOMISTAS  
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO  
DR/RJ  
PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 09.09.2000